

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15967 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

A rede de políticas do Instituto Humanize no Brasil e os impactos na gestão educacional

Felipe Trentin Demiranda - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Magda de Abreu Vicente - FURG - Universidade Federal do Rio Grande

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

A REDE DE POLÍTICAS DO INSTITUTO HUMANIZE NO BRASIL E OS IMPACTOS NA GESTÃO EDUCACIONAL

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar a rede de políticas que operou ao redor do Instituto Humanize entre 2017 e 2021, buscando compreender seus impactos para a gestão pública em geral e, em particular, suas implicações na área da educação. Para isso, objetiva elucidar quais foram as principais iniciativas e atores sociais parceiros do instituto durante o período, através de uma abordagem que busca analisar relações com as reformulações neoliberais do Estado. Como principais fontes documentais, foram selecionados três relatórios de divulgação de atividades do Instituto Humanize, a ser abordados por meio da metodologia de rede de políticas (BALL, 2022). A pesquisa conclui que o Instituto Humanize mobiliza concepções gerencialistas nas instituições de Estado, com impactos para a escolha e cultura das gestões educacionais nas redes estaduais de ensino, e em simultâneo funciona como viabilizador de novas expansões do processo de gerencialização da administração pública e, em específico, de sua proliferação no campo educacional, por meio de programas voltados à área de gestão de pessoas no setor público.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Humanize; Redes de políticas; Neoliberalismo; Gerencialismo.

O presente trabalho busca apresentar a rede de políticas que operou a partir do Instituto Humanize – Organização da Sociedade Civil (OSC) fundada em 2017 e vinculada à família do empresário das Organizações Globo, José Roberto Marinho (HUMANIZE, 2019, p. 13) –, evidenciando as principais articulações realizadas na área da gestão educacional. Para tanto, foram selecionados três relatórios de atividades de autoria do instituto, denominados “Primeiro Relatório: 2011-2019”, publicado em 2019; “Panorama 2020”, de 2021; e “Relatório Primeiro Ciclo: 2019-2021”, datado de 2023. Optou-se por focalizar as ações posteriores a 2017, já que é neste ano que ocorre a fundação oficial do Humanize (2019, p. 13).

Como metodologia, foi utilizada a rede política, ou “ ‘método de ‘etnografia de rede’ ” (BALL, 2022, p. 28). Esta consiste em localizar a atuação do Instituto Humanize em suas relações com outros sujeitos, de modo a apreender *como* pode exercer influência no cenário

público, tomando como base *quem são e com que intenção* os diferentes atores sociais se aproximam entre si. Tal metodologia contribui para situar as atividades do Humanize no contexto de uma *governança neoliberal* (SHIROMA; EVANGELISTA, 2014, p. 24), resultante da influência crescente de entidades privadas na formulação de políticas.

Os dados selecionados foram sistematizados através do software Gephi (versão 0.9.2), o qual permite representar, de forma gráfica, redes através de suas conexões entre diferentes *nós* – em nosso caso, cada “nó” representa um ator social diferente, como uma organização do terceiro setor ou uma secretaria estadual, por exemplo.

Consideramos que a particularidade da ação do Humanize se efetiva sob o contexto de hegemonia do neoliberalismo, que é definido como “uma teoria das práticas político-econômicas” (HARVEY, 2014, p. 12) onde o bem-estar seja assegurado pelo estímulo às “capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio”. Assim, pode-se dizer que a teoria neoliberal embasa, igualmente, a reforma do Estado, que assume, ele mesmo, uma orientação neoliberal: é em razão disso que Shiroma e Evangelista (2014, p. 24) argumentam que, ao contrário de uma falácia comum, “o Estado não ficou mínimo e o governo não foi substituído, entretanto, constitui um importante nó nas redes”. Ou seja, falar de governos como mais um dos “nós” que tecem essa rede, envolve situar a governança de políticas públicas em um cenário de crescente importância de atores não-estatais, a exemplo das chamadas “organizações da sociedade civil”.

Tais organizações vêm se fortalecendo no Estado neoliberal através do duplo fenômeno descrito por Newman e Clarke (2012, p. 358-361) como o par *gerencialismo* e o correlato processo de *gerencialização* nos serviços públicos. Se o gerencialismo se caracteriza como ideologia, desejosa de transpor o *ethos* do setor privado – “personificado na figura do gerente (em oposição ao político, ao profissional ou ao administrador)” (NEWMAN; CLARKE, 2012, p. 358) – aos serviços públicos, seu projeto somente se converte em políticas quando acompanhada da *gerencialização* como *processo*, ou seja, da cristalização da ideologia em prática na política do Estado, momento em que ela se afirma enquanto “forma de conhecimento” legítima e habilitada a estabelecer novos critérios para tomadas de decisão nas esferas públicas.

A história do Instituto Humanize se inscreve em um capítulo recente do Terceiro Setor no Brasil, uma vez que, “o Instituto Humanize foi criado em 2017 para administrar o portfólio de Investimento Social Privado (ISP) de seus filantropos, José Roberto Marinho e família” (HUMANIZE, 2019, p. 13), ambos ligados às Organizações Globo.

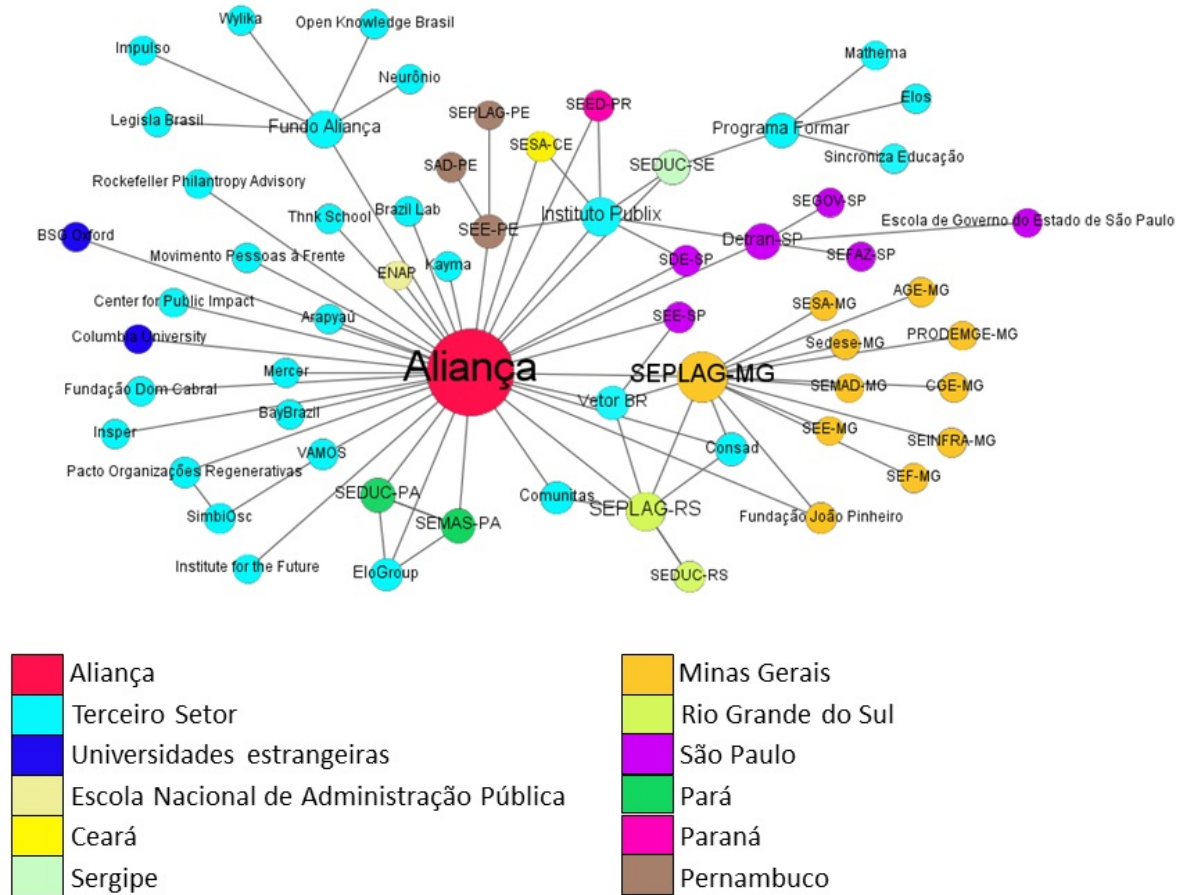
Boa parte do orçamento do Instituto Humanize é direcionado para a área de projetos em gestão, que tem no programa “Gestão Pública” um de seus sustentáculos, conforme Figura 1. O Programa Gestão Pública totaliza 39% do conjunto de gastos informado, o que representa o maior percentual destinado a um programa isolado do Instituto Humanize:

Instituto. Note-se que alguns nós se destacam, a exemplo das três “alianças”, em amarelo, assim como Programa Juntos (em rosa). Isso acontece em razão de que o tamanho dos nós é proporcional à quantidade de interações com outros atores da rede, indicativo de sua importância. Além disso, a rede expõe numerosos nós azuis claros, que representam a categoria “Terceiro Setor”, abrangendo atores sociais que não compõem nem parte do setor público, nem são empresas privadas. Já os nós verdes claros, na parte superior da Figura 2, remetem às “administrações públicas”, indicando a realização de parcerias público-privadas com secretarias estaduais e prefeituras. Em menor quantidade, pode-se visualizar também “universidades estrangeiras”, à esquerda, em azul escuro. Uma vez que a rede contenha volumoso conjunto de dados, limitamos o recorte àquelas parcerias que contribuam para explicitar a influência da rede política do Humanize para a gestão pública em educação.

Em primeiro lugar, a observação quanto aos nós verdes da Figura 2 permite constatar a expressiva associação a administrações públicas. Como afirma o Humanize (2023, p. 138), seu programa de Gestão Pública se volta tanto a ações voltadas a “replicabilidade de boas práticas” na gestão pública, quanto ao trato direto com “lideranças políticas e públicas”. Assim, os nós “Programa Juntos” e “Aliança para Lideranças de Impacto” funcionam como aglutinadores de gestões municipais e estaduais ao redor do Humanize. Representam, dessa forma, a ponte principal pela qual o Humanize e seus parceiros conseguiram abrir portas para influenciar diretamente órgãos de governo, juntando-se a estes como mais um dos atores na formulação de políticas (SHIROMA; EVANGELISTA, 2014).

Já para a análise da influência específica na educação, o destaque recai sobre a Aliança para Lideranças de Impacto, a qual reunia Fundação Lemann, República.Org, Fundação Brava (nós azuis na Figura 2, próximas à Aliança) e Humanize. Uma versão detalhada da rede política que orbita ao redor dessa Aliança é apresentada na Figura 3:

Figura 3 - Rede da Aliança para Lideranças de Impacto (2019-2020).



Fonte: Vicente; Porto; Demiranda (2023).

A Figura 3 permite visualizar dois conjuntos principais de parceiros: à esquerda, numerosos nós azuis, indicativos do “Terceiro Setor”, enquanto que, à direita, estão distribuídas, em cores conforme o estado de origem, secretarias e repartições de oito estados brasileiros. Para fins de análise quanto à área de educação, nos limitaremos à apreciação quanto às secretarias estaduais.

A presença massiva de secretarias estaduais na Figura 3 se deve, sobretudo, à execução dos chamados *programas de pré-seleção* para “alta gestão” em postos-chave das administrações de sete dos oito estados brasileiros representados (VICENTE; PORTO; DEMIRANDA, 2023). Por “pré-seleção”, entende-se um processo seletivo, realizado com metodologia baseada em competências definidas pela Aliança, para a escolha de cargos de direção em órgãos públicos; o prefixo “pré”, nesse caso, sublinha o fato de que a escolha final do candidato recai sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, o que interessa ao recorte educacional é a constatação de que os cargos mais visados, no conjunto de vagas escolhidas, voltaram-se à hierarquia das secretarias estaduais de *educação*: afinal, “543 das 725 vagas, ou 3 em cada 4 delas foram destinadas para as Secretarias de Educação” (VICENTE, PORTO, DEMIRANDA, 2023, p. 14), dividindo-se entre coordenadores regionais de educação e mesmo diretores escolares (BRAVA et al., 2020, p. 140-144).

Diante disso, deve-se indicar que o Humanize, em associação com a Fundação Lemann, deu suporte à produção de três guias técnicos, voltados a embasar o planejamento

desse tipo de programa. Em um dos guias, os dois institutos propunham que aqueles cargos em que haveria maior benefício – e, portanto, maior interesse – em executar pré-seleções poderiam ser definidos como de perfis “mais gerenciais”. Ao explicar-se, o guia definia que

cargos mais gerenciais são aqueles que: [...] Necessitam de ampla experiência em gestão, o que faz com que esse fator seja de suma importância. [...] Requerem conhecimento de um assunto específico, mas isso não é fator essencial para realização das tarefas (FUNDAÇÃO LEMANN, HUMANIZE, 2020, p. 21).

O trecho documental permite inferir que a lógica referente à educação foi a de que os postos de gestão educacional não conteriam, como requisito essencial, os saberes próprios a esse campo disciplinar. Como substitutivo aos saberes em educação, em um processo de gerencialização (NEWMAN; CLARKE, 2012, p. 358), o Humanize e seus parceiros elegeram o saber *gerencial* como definidor da eficiência educacional.

O Instituto Humanize adotou, para o período em análise, um interesse e investimentos explícitos na área de gestão pública, observáveis tanto na proporção de recursos financeiros dispendidos no Programa de Gestão Pública, quanto no empenho em robustecer conexões sociais, através do engajamento em parcerias. Na esteira dessa conclusão, verifica-se a particularidade que o campo da educação assumiu na condução dos projetos do Instituto Humanize e de seus parceiros, em especial aqueles associados à Aliança para Lideranças de Impacto. As ações voltadas à pré-seleção de gestores públicos, fundamentalmente de “coordenadores regionais de educação”, delineiam, dessa forma, o campo em que o instituto demonstra maior interesse e capacidade de influência no tocante à educação: trata-se de uma influência que se opera “de cima para baixo”, na medida em que os parceiros-alvo dessas iniciativas estejam vinculados aos altos escalões das secretarias.

Seria, entretanto, simplista localizar a influência exercida pelo Instituto Humanize como unicamente oriunda de sua associação com instâncias propriamente políticas. Fortalecida pela construção de conhecimentos comprometidos com o paradigma gerencialista, na forma de produção de guias técnicos e na associação a organismos acadêmicos privados, e, em caráter complementar, pela sua inserção junto a instituições que congreguem representantes das gestões públicas, constata-se que a rede política que o Instituto Humanize construiu em seu entorno viabiliza a transformação das metodologias e “soluções” que defende em projetos políticos efetivos, capazes de tornarem-se influentes na esfera da administração pública e, por fim, ascenderem ao patamar de políticas públicas, avalizadas pelo Estado.

REFERÊNCIAS.

BALL, Stephen. Educação global S.A.: *Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. 23ª ed. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BRAVA; FUNDAÇÃO LEMANN; INSTITUTO HUMANIZE; REPÚBLICA.ORG. *Atração e Seleção para Cargos de Liderança em governos estaduais*: estudo de implementação –

agosto de 2020. [S.I.]: [S.I.], 2020. Disponível em: <https://movimentopessoasafrente.org.br/project/atracao-e-selecao-para-cargos-de-lideranca-em-governos-estaduais/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN; HUMANIZE. *Gestão de pessoas no setor público*: Guia Prático: Parte I – Identificando os cargos que mais se beneficiam de um processo de pré-seleção. [S.I.]: [S.I.], 2020. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/3-guias-praticos-para-gestao-de-pessoas-no-setor-publico>. Acesso em: 25 nov. 2021.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HUMANIZE. *Panorama 2020*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ihumanize.org/wp-content/uploads/2021/08/PanoramaRelatorio2020.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2022.

HUMANIZE. *Relatório Primeiro Ciclo: 2019 - 2021*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.ihumanize.org/wp-content/uploads/2023/05/humanize_Livro-Primeiro-Ciclo-2019-2021.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

HUMANIZE. *Primeiro Relatório: 2011-2019*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.ihumanize.org/wp-content/uploads/2021/08/2011-2019_-Primeiro-Relatorio-IH.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

MEMÓRIA GLOBO. *José Roberto Marinho*. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/jose-roberto-marinho/perfil-completo/>. Acesso em: 28 out. 2023.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. *Gerencialismo. Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/29472>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. *Revista Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21-38, maio 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>. Acesso em: 27 mar. 2022.

VICENTE, Magda de Abreu; PORTO, Marisel Valério; DEMIRANDA, Felipe Trentin. A rede de políticas do grupo aliança no Brasil e a incorporação do modelo de “seleção técnica” do setor privado em gestões educacionais brasileiras. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 41, n. 2, p. 1–22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/93844>. Acesso em: 13 set. 2023.